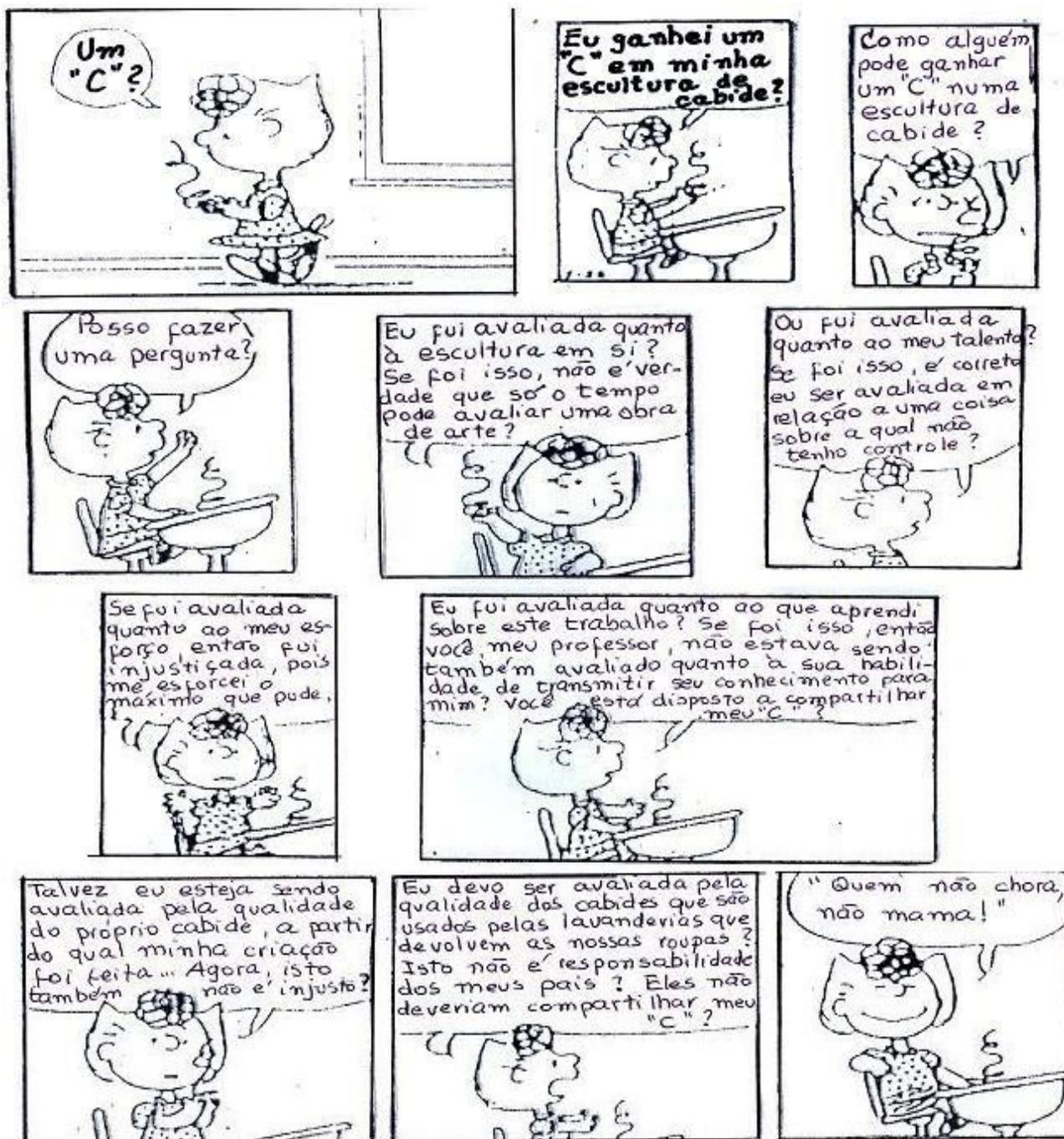


1º ENCONTRO



Refletir sobre a prática pedagógica da Avaliação, visando à melhoria do processo educacional, é um pressuposto básico para que a educação pública, com a qual estamos envolvidos, dê um salto de qualidade.

O estudo sobre Avaliação e a reflexão/discussão sobre as práticas avaliativas, acontecendo no Grupo de Estudos, nos dão a possibilidade de um distanciamento necessário para focalizarmos criticamente nossas práticas, fortalecendo aquelas boas e produtivas e reorientando aquelas que ainda não condizem com uma prática avaliativa que ajude realmente o aluno a aprender e o professor a ensinar.

Este primeiro texto, sobre o qual vamos refletir, discutir, e com o qual iniciaremos nosso Grupo de Estudos, vai abordar aspectos fundamentais da Avaliação escolar, quais sejam: critérios; a classificação; a padronização; os tipos de avaliação; a finalidade da avaliação; a avaliação como um projeto da Escola.

Pedro Demo, na introdução de seu livro Mitologias da Avaliação, diz que

“avaliação só faz sentido se favorecer a aprendizagem. Todavia, não se realiza aprendizagem qualitativa, sem avaliar. Quando se combate o tom classificatório, [...] pretende-se, no fundo, superar abusos da avaliação, no que estamos todos de acordo, mas não se poderia retirar daí que avaliação, de si, não é fenômeno classificatório. Será mister distinguir acuradamente entre abusos da classificação, de teor repressivo, humilhante e punitivo, e efeitos classificatórios implicados em qualquer processo avaliativo, também quando dito qualitativo”.

(2002, p. 2 – 3)

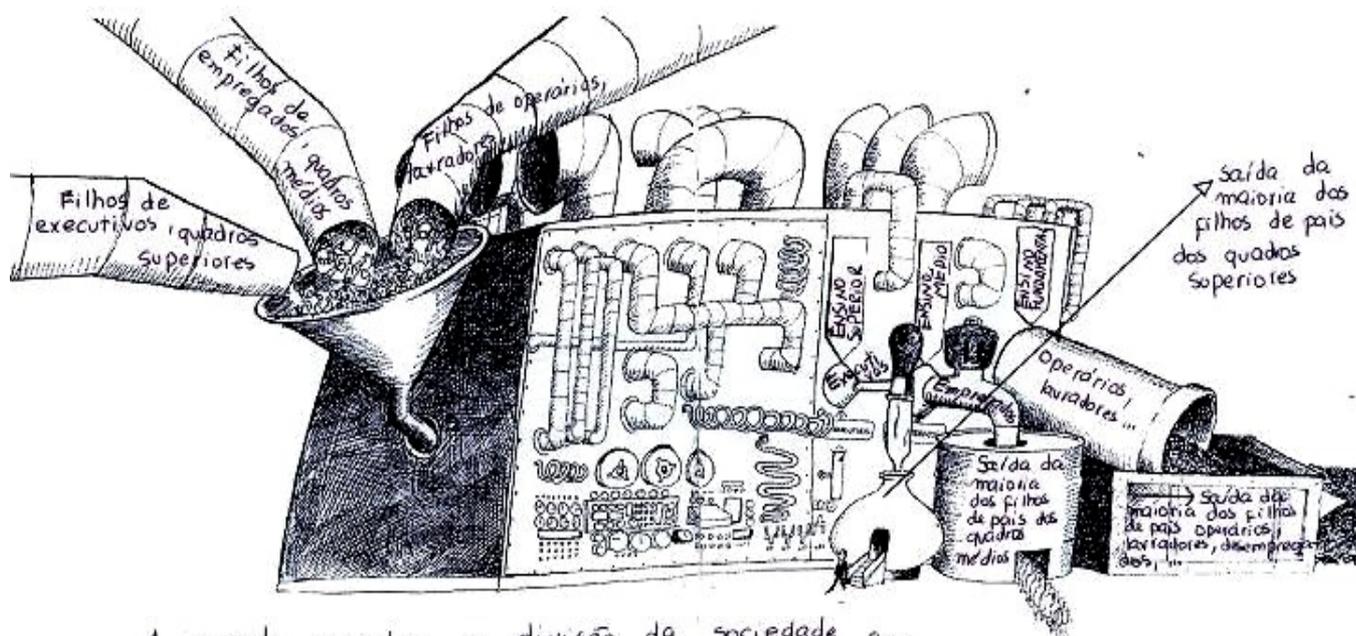
Começemos, pois, nosso estudo e nossa reflexão. Na primeira página, há uma história em quadrinhos onde a personagem “aluna” questiona o resultado da avaliação.

O que os argumentos da personagem dizem a nós, professores, sobre as nossas práticas avaliativas?

Como traduzir, em nossas práticas avaliativas, o parágrafo em que Pedro Demo fala sobre abusos da classificação e efeitos classificatórios?

No material editado pela Secretaria de Educação, para o projeto Correção de Fluxo, há um parágrafo que pode contribuir com a nossa discussão, abordando a razão de ser da escola. A charge, apresentada na seqüência, que tem a Escola como tema, enriquece o sentido do parágrafo em questão.

"(...)o acesso ao conhecimento é um benefício social a que toda a criança tem direito e é a razão de ser da própria escola. Quando esta simplesmente classifica e separa os que considera mais capazes de prosseguir os estudos nas séries subseqüentes, acaba penalizando justamente os que mais precisam dela - os alunos pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas e mais distantes da cultura escolar".



A escola reproduz a divisão da sociedade em categorias sociais distintas. Esta reprodução é particularmente flagrante nos dois extremos da escala social.

Para complementar a discussão, é importante este parágrafo de Pedro Demo (2002, p.18-19):

[...] podemos afirmar que a avaliação, ao contrário do que se aventa, é feita para classificar, busca comparar, contrasta as pessoas sobre cenários onde sempre há quem esteja mais em cima e quem esteja mais em baixo. Assim, em vez de negar seu contexto classificatório, é bem melhor – e mais realista – argumentar sobre razões pedagógicas da classificação e seus riscos óbvios. **Avaliamos**, entre outras coisas, **para saber da distância entre o lugar que ocupa no momento o aluno e o lugar onde deveria estar**. Pretendemos **descobrir os motivos por que não aprende e gostaríamos que, sabendo disso, pudesse recuperar a posição onde deveria estar**. Para tanto, é mister, primeiro, classificar sua posição desfavorável, claramente, com o melhor manejo do conhecimento, porque só podemos mudar o que bem conhecemos. Segundo, **com tal diagnóstico na mão, é possível estabelecer a estratégia mais adequada para deixar a posição desfavorável e caminhar para outra mais favorável, que também precisa ser classificada**. Por isso, dizemos que a sociedade não pode prometer a igualdade, mas pode estabelecer estratégias de equalização das oportunidades, o que supõe ambiente onde as oportunidades não estão alegremente disponíveis, mas desigualmente ocupadas. É nesse sentido que dizemos ser necessário classificar, **para garantir que o aluno que não aprende possa ter preservado seu direito de aprender**. [...] Escamoteando-a [a classificação], não a desfazemos. Apenas a tornamos ingênuo ou malevolamente classificatória, pois negar o contexto classificatório dentro da sociedade que a tudo e a

todos classifica é empanar as chances do desigual com a fantasia de que não precisa lutar.

Que relações há entre a charge, os parágrafos e as nossas práticas pedagógicas?

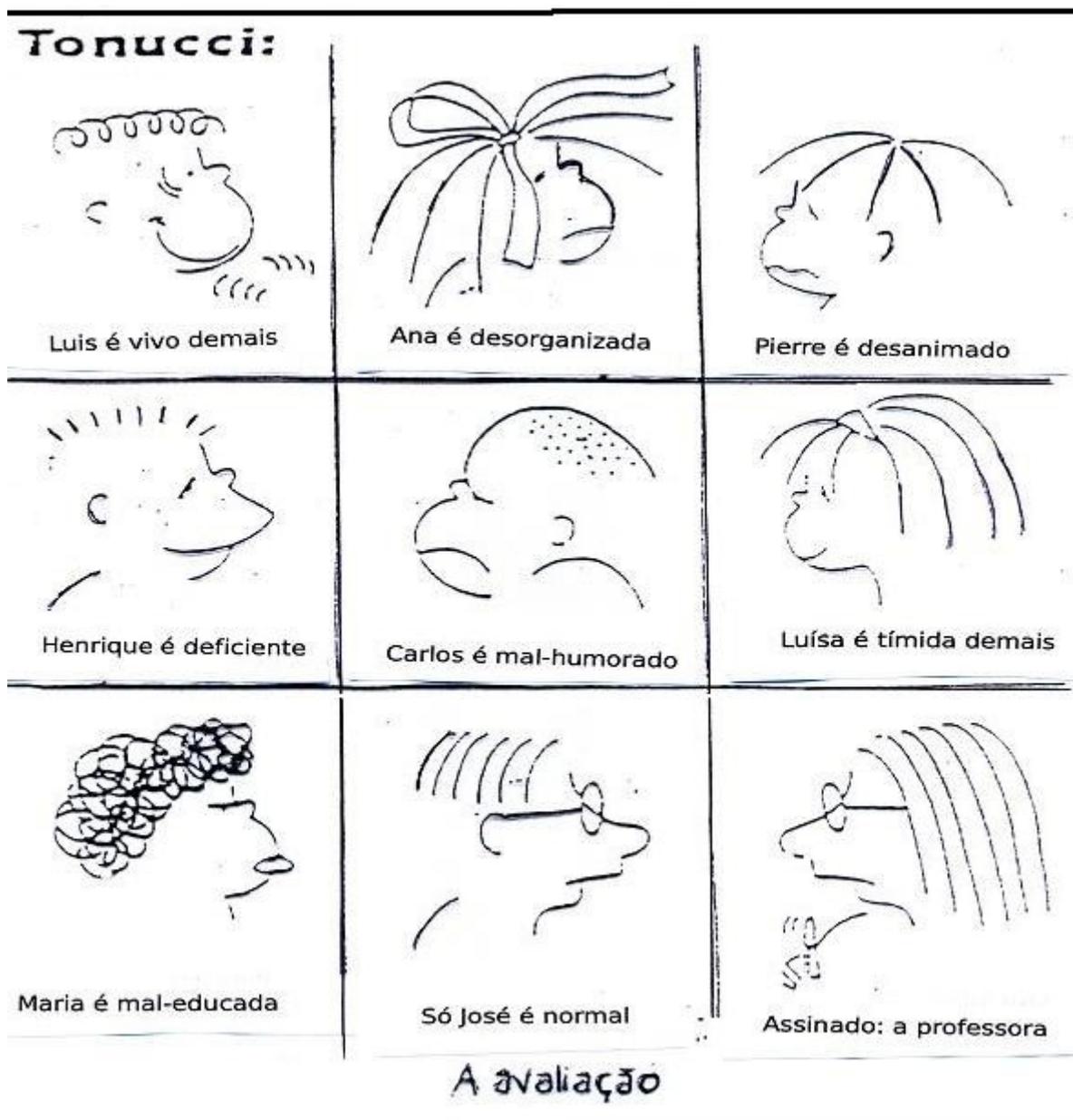
Podemos continuar nosso trabalho de reflexão com o que diz a professora Maria Tereza Esteban (2001, p.16):

“A avaliação que impede determinadas vozes é uma prática de exclusão na medida em que vai selecionando o que pode e deve ser aceito na escola. A análise da prática pedagógica mostra claramente que a avaliação, como prática construída a partir da classificação das respostas do aluno e alunas em erros ou acertos, impede que o processo ensino-aprendizagem incorpore a riqueza presente nas propostas escolares, o que seria valorizar a diversidade de conhecimentos e do processo de sua construção e socialização. A avaliação funciona como instrumento de controle e de limitação das atuações (alunos/professores) no contexto escolar.”

A autora refere-se à avaliação **meramente classificatória** à qual se reporta Pedro Demo. É importante que nós, professores, percebamos como este tipo de classificação limita e empobrece, também, nosso trabalho, porque tenta homogeneizá-lo, a partir da negação da “diversidade de conhecimentos e do processo de sua construção e socialização”, como diz a autora.

O desejo de padronizar o acesso ao conhecimento, supondo uma condição única para todos os alunos, significa tratar a todos da mesma forma, na perspectiva de que todos devem ter o mesmo ritmo de trabalho, com o mesmo livro, o mesmo material, adquirir os mesmos conhecimentos, ao mesmo tempo, fazer as mesmas provas, também ao mesmo tempo. Além disso, a classificação não pedagógica acaba aferindo “pontos” com base em critérios não explicitados e fundamentados em atitudes como atenção, disciplina, docilidade, assiduidade, pontualidade, criatividade, participação, etc.

Observemos os quadrinhos de Tonucci:



O que se pode depreender dos quadrinhos?

Segundo o fascículo Raízes e Asas, publicado pelo CENPEC (Centro De Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária),

A escola visa proporcionar ao aluno a educação básica a que todo cidadão tem direito e, portanto, a exclusão é uma violência a esse direito. A avaliação deve servir para subsidiar a tomada de decisões em relação à continuidade do trabalho pedagógico, não para decidir quem será excluído do processo.” (s/d)

Podemos definir mais claramente qual deve ser o objetivo, a intenção maior do processo de Avaliação: garantir a aprendizagem de todos os alunos. Somente nesta perspectiva têm sentido conhecer as definições dos diferentes tipos de Avaliação.

- **Avaliação Diagnóstica:** tem como objetivo a análise de conhecimentos que o aluno deve possuir num dado momento, para poder iniciar novas aprendizagens. Este dado momento pode ocorrer em qualquer período, desde que se esteja no início de uma nova unidade do programa. A avaliação diagnóstica permite que se faça um prognóstico, isto é, permite-nos prever os resultados a atingir. Assim, um prognóstico mal realizado poderá fixar metas demasiado elevadas ou baixas para os alunos.
- **Avaliação Formativa:** é, a modalidade de avaliação a que se dá mais atenção. Está presente na LDB, Desempenha uma função semelhante à avaliação diagnóstica (por isso alguns autores não fazem a sua separação) e acontece sempre que o professor entender conveniente, no decurso do processo de aprendizagem, identificando aprendizagens bem sucedidas e as que apresentaram dificuldades, para que se possa reorientar o trabalho com estas últimas, possibilitando a todos os alunos a proficiência desejada. Há, ainda, confusão entre **avaliação formativa** e **avaliação contínua**. Entretanto, o fato de ser contínua, embora seja condição necessária, pode não ser suficiente, pois é indispensável que seja formativa, isto é, que a informação produzida seja reinvestida na melhoria do processo pedagógico. A Avaliação contínua não pode ser resumida a afirmativas do tipo: “faço provas a cada semana”. Em síntese, podemos dizer que a **avaliação formativa** serve: ao professor para, através das informações colhidas, reorientar a sua prática; ao aluno para que compreenda a aprendizagem não como um produto de consumo mas um produto a construir, e de que ele próprio tem um papel fundamental nessa construção.
- **Avaliação Somativa:** é periódica e acontece no final de período, ciclo ou ano. Seu objetivo é aferir resultados que foram recolhidos por avaliações formativas e obter indicadores que permitam aperfeiçoar o processo de ensino. Enquanto que a **avaliação formativa** é interna ao processo, analítica e mais centrada sobre o estudante do que sobre o produto acabado, a **avaliação** somativa privilegia os resultados. A sua função é mais de certificação para comprovar o tipo de eficácia do programa educativo conduzindo à sua continuidade, alteração ou suspensão. A avaliação somativa deve ser criteriosa, clara, transparente e servir também para que o sistema (escola e professor) se confronte, constantemente, com a medida da sua

(in)eficácia. A avaliação somativa complementa, assim, um ciclo de avaliação em que foram já utilizadas a avaliação diagnóstica e formativa, trazendo a todo o processo as seguintes contribuições: revelar que foram já conseguidas aprendizagens que o aluno anteriormente não possuía e que não foram consumadas outras aparentemente adquiridas; alerta para matérias mais difíceis de assimilar, para estratégias que não foram inteiramente eficazes ou para um tempo de aprendizagem que se revelou insuficiente, contribuindo deste modo para o aperfeiçoamento do ensino e o sucesso da aprendizagem. Constitui, assim, um instrumento valioso na tomada de decisões sobre opções curriculares ou sobre inovações educativas. Em suma, a função da avaliação somativa é posicionar o aluno em relação ao cumprimento dos objetivos. Por conseguinte, a finalidade deste tipo de avaliação é a tomada de decisões sobre apoios e complementos educativos e regime de progressão do aluno.

A avaliação não pode ser vista ou analisada fora do contexto do trabalho de ensino e aprendizagem, fora da organização curricular. Ela é ação constituinte desse trabalho e dessa organização. Por isso é que não há sentido num processo avaliativo que não seja contínuo e formativo.

Um dos argumentos mais utilizados por nós, professores, quando discutimos as dificuldades da Avaliação Escolar, diz respeito ao sistema de ensino vigente na educação pública do nosso estado (e, de resto, em todo o país), que exige os resultados em termos quantitativos, ou seja, em notas. Tendemos a achar impossível uma avaliação justa e democrática, contínua e formativa, que atenda a essa exigência de transformar em números os resultados apresentados por nossos estudantes.

As definições acima explicitam alguns pontos que podem nos orientar na possibilidade de revermos nossas práticas, mesmo atendendo ao sistema numérico.

Essas questões sobre a finalidade da ação avaliativa são abordadas, de maneira simples e direta, por dois professores que se dedicam ao estudo desse tema. Celso Vasconcellos, em entrevista concedida à revista Nova Escola, em dezembro de 2000, nos diz que

“A primeira questão a ser feita é: avaliar para quê? Para localizar a necessidade do aluno e para atender à superação. Quando então temos um aluno, ou vários, que não estão acompanhando, é preciso parar para atendê-los. É elementar. Quando a dificuldade é localizada, o professor precisa se comprometer com a busca de uma estratégia e com a superação da barreira. (1998, s/d)

E o professor Vicente Martins, da Universidade Estadual de Acaraú, em Sobral, no Ceará, em inúmeras entrevistas tem afirmado que

“O modelo de avaliação escolar vigente no País não apenas reprova, mas faz com que um número significativo de crianças e jovens em idade apropriada não queiram estudar, porque não reconhecem na escola um espaço para desenvolver sua capacidade de aprendizagem (assimilar bem os conteúdos) e de sua capacidade de aprender (autonomia intelectual)”.

Refletir sobre essas questões deve nos levar à conclusão que não podemos conceber a avaliação escolar se não for na perspectiva de ensinar, de garantir acesso ao conhecimento, de promover, de incluir o aluno. Se o processo de avaliação resultar na exclusão social, aquela mesma que afasta, expulsa os estudantes da escola, então a avaliação desvirtuou seu rumo e perdeu a razão de ser dentro da escola. (Raízes e Asas)

Ainda nos fascículos Raízes e Asas, encontramos o seguinte trecho:

(...) os alunos precisam de tempo(...) a aprendizagem é de natureza processual. Quem está aprendendo não passa de um dia para outro de uma situação de “nada saber” para a de “saber tudo”, mas faz um percurso de idas e vindas. Vai procedendo elaborações de tal modo que os conhecimentos novos se tornam “definitivos”, até que surjam novos desafios e o processo continua, possibilitando novas aquisições, novos conceitos, novos conhecimentos, novas práticas. É necessário, é fundamental valorizar:

- As tentativas do aluno na realização das atividades
- As dúvidas manifestadas
- A interação com o grupo (colegas e professores)
- A autonomia (ou os passos em direção a ela)
- O progresso em relação à condição anterior

Esses elementos estão presentes em nossas práticas avaliativas? Que mudanças são necessárias?

(...) a decisão de transformar a prática avaliativa não é tomada de uma hora para a outra, nem é tomada de forma isolada das outras decisões relativas à proposta pedagógica: as alterações na forma de avaliar são integrantes do projeto da escola, demandando estudo e reflexão, resultando do trabalho coletivo dos professores.

São decisões da escola: TEMPORALIDADE (PERIODIZAÇÃO); CONSELHO DE CLASSE (PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS); INSTRUMENTOS; DOCUMENTAÇÃO/SOCIALIZAÇÃO/REGISTROS; NOTAS/PARECERES.

AFO



MATEMÁTICA	1
FÍSICA	0
QUÍMICA	0
HISTÓRIA	3



BIOLOGIA	3
LÍNG. PORTUGUESA	2
GEOGRAFIA	2



SUA ESCOLA E SEUS PROFESSORES ESTÃO REPROVADOS...

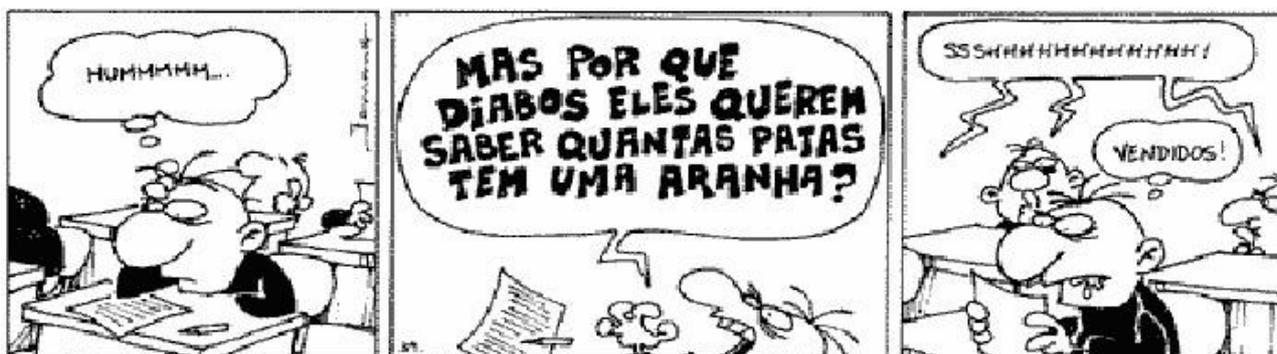


Se acreditamos que “toda a proposta curricular contém, mesmo que de forma subjacente nas suas entrelinhas, um projeto de homem e um projeto de sociedade”(Silveira Filho, 1981), então sabemos que o processo de avaliação com o qual trabalhamos estará, também, permeado por esta concepção.

É sobre isto que professores, direção e equipe pedagógica precisam refletir, estudar, para construírem, juntos, um trabalho que, na autonomia possível, **identifica a Escola.**

Se tivermos clareza sobre o homem que queremos formar e a sociedade que queremos construir, isto estará refletido na maneira como avaliamos nossos alunos e nosso trabalho e no modo como apresentamos à comunidade os resultados que alcançamos.

No encerramento desse primeiro encontro a leitura das tirinhas, na seqüência, pode colaborar com a concepção de avaliação que queremos implementar e na compreensão daquelas com as quais queremos romper.





Caros colegas professores, no próximo encontro vamos tratar especificamente dos instrumentos de avaliação. Será uma ocasião privilegiada para colocarmos o foco nas estratégias de avaliação utilizadas em nossas práticas pedagógicas.